

PRESTAÇÃO DE CONTAS SINDSASC - 2020

PREVISÃO ARRECADAÇÃO 2020	R\$ 1.139.227,93			
ARRECADAÇÃO REAL 2020	R\$ 1.076.790,12			
CATEGORIA	DESPESAS REAIS 2020		PREVISÃO ORÇAMENTARIA 2020	
	VALORES ANUAIS (R\$)	% SOBRE ARRECADAÇÃO EM 2020	VALORES ANUAIS (R\$)	% PREVISTA
JURÍDICO	208.704,01	19,38%	227.845,58	20%
SALÁRIOS E ENCARGOS	204.154,93	18,96%	250.630,14	22%
MOBILIZAÇÃO	85.890,59	7,98%	170.884,19	15%
SEDE	76.223,74	7,08%	34.176,81	3%
COMUNICAÇÃO	52.649,00	4,89%	45.569,08	4%
PATRIMÔNIO	29.860,03	2,77%	45.569,08	4%
TARIFAS PÚBLICAS E PRIVADAS	28.728,17	2,67%	34.176,81	3%
CONTABILIDADE	21.242,75	1,97%	22.784,54	2%
DIVIDA INSS/FGTS (ATÉ 06/2021)	16.624,26	1,54%	56.961,35	5%
DIEESE E DIAP	13.336,45	1,24%	5.696,14	0,50%
EVENTOS	10.913,73	1,01%	79.745,89	7%
RESSARCIMENTO	9.554,77	0,89%	11.392,27	1%
CONVENIOS	8.556,00	0,79%	45.569,08	4%
INFORMÁTICA	7.771,00	0,72%	22.784,54	2%
APOIO MOVIMENTOS	3.636,00	0,34%	5.696,14	0,50%
FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL	1.210,00	0,11%	11.392,27	1%
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	-	0,00%	56.961,35	5%
DESPESAS (TOTAL MÊS)	R\$ 779.055,43	72,35%		
INVESTIMENTOS/ APLICAÇÕES	R\$ 286.408,20	26,60%	11.392,27	1%
RESERVA EMERGENCIAL (APLICAÇÕES BrB) 2019	R\$ 30.000,00			

REFORMA ADMINISTRATIVA

Uma facada para os servidores

Apresentada como a salvação da lavoura por Paulo Guedes e Bolsonaro, a Reforma Administrativa - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 - é um movimento político para o qual devemos nos posicionar, combater e ficar atentos. Ela representa uma facada nos direitos dos servidores públicos. Enviada à Comissão de Comissão e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, a reforma prevê o fim da estabilidade no serviço público para os novos servidores, congela por tempo indeterminado os salários na administração pública e pode reduzir os ganhos dos servidores em até 25%, por meio da redução da jornada de trabalho. Pre-

cisamos lutar incansavelmente contra o projeto. Guedes e Bolsonaro estão com a fome de lobos famintos para sangrar os servidores, tanto é que o presidente da Câmara, Arthur Lira, "líder do centrão e aliado de Bolsonaro, afirmou que em dois meses, a PEC deve ter seu trâmite concluído na Casa.

CONQUISTAS JOGADAS NO LIXO

É preciso lembrar que além dos salários, a reforma perversa atinge também conquistas como licença-prêmio, promoções, férias e adicionais por tempo de serviço. O ataque é gravíssimo. A desejo insaciável de Guedes pela reforma pode ser entendido facilmente: ela faz com que o serviço público fique sucateado e o Brasil passa a ficar ainda mais nas mãos da iniciativa privada para a promoção de serviços que devem ser obrigação do governo, aumentando ainda mais as fortunas dos grandes donos do dinheiro no País.

O projeto traz ainda uma injustiça, já que os servidores das Forças Armadas, congressistas, juizes, procuradores e promotores não estão incluídos na reforma.

Assistência social sem vacinação

GDF oprimiu servidores em greve legítima que reivindicava a imunização

PÁGINA 3

Ibaneis ostenta, e o povo agoniza

Denúncias mostram que governador esbanja e teria utilizado do poder em benefício próprio

PÁGINAS 4 E 5

FALA, SERVIDOR!

O aumento das desigualdades no contexto atual

A pandemia da Covid-19 acentuou ainda mais as desigualdades sociais no Brasil, que segundo o Relatório da ONU em 2020, ocupa a 8ª posição dos países com o pior Índice de Gini, com índice 0,539 superado apenas por 7 países africanos, sendo a África do Sul a mais desigual com o índice de 0,630. O parâmetro do Índice de Gini é: quanto mais próximo de 1,0 significa que há mais desigualdade social presente. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia educação, saúde e qualidade de vida, o Brasil caiu da 79ª posição para 84ª no ranking geral dos países. Tais fatores se refletem principalmente com o aumento da demanda para quem trabalha na área da assistência social, pois o alto desemprego, a perda de renda, o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social são inevitáveis.

O Distrito Federal não foge à regra, pois está entre as unidades da federação com mais desigualdades sociais nessa pandemia e antes dela, porém, apesar de ter um IDH alto, há mui-

tas pessoas vivendo em situações precárias e com dificuldades para manter a sobrevivência. Todavia, o Governo do Distrito Federal terminou o ano de 2020 com as contas no azul com R\$ 15,8 bilhões de arrecadação de impostos, segundo a Secretaria de Economia, além de ter vendido a Companhia Energética de Brasília (CEB) por R\$ 2,5 bilhões, mas cadê o investimento em geração de emprego e renda? Políticas emergenciais aconteceram, mas não estão sendo efetivas no combate às desigualdades somando-se à pandemia.

O fato explica-se de cima para baixo com o desmonte do Suas, ou seja os Órgãos Governamentais que executam a Política de Assistência Social, em todas as esferas de poder, tiveram redução drástica de orçamento nos últimos anos. A Política de Assistência Social foi incluída injustamente no pacote de redução do papel do Estado, com as reformas administrativas. Um fato negativo e observável desse contexto, no âmbito do Sistema Único de As-

sistência Social (Suas), é a proposta de modificar a gestão do Cadastro Único querendo desumanizar, até mesmo terceirizar o atendimento, deixando ele reduzido a um aplicativo. O Cadastro Único precisa estar fortalecido e não em segundo plano sem a expertise necessária. É necessário que existam instrumentos como essa ferramenta para mensurar quem? Onde? Quando?

A política de assistência social é uma área prioritária e foi ironicamente incluída como área essencial pelos governos, porém não recebe o devido tratamento tanto para quem operacionaliza, quanto para quem é assistido por ela.

A especialista em políticas públicas Martha Arretche, em 2015, em um de seus trabalhos acadêmicos, intitulado "A Trajetória das Desigualdades", citou que no atual cenário, há uma convergência nas diversas ciências sociais para um conjunto de teses comuns, sendo que uma das principais é a de que a desigualdade de renda é afetada pelo desempenho escolar, que pode ser ex-

plicado parcialmente pela quantidade e qualidade do ensino.

Portanto, as políticas educacionais são diretamente responsáveis pela diminuição da desigualdade no país. A educação é o pilar para resolver as desigualdades, mas como diz o sociólogo Zigmunt Bauman "cada cidadão precisa decidir assumir a responsabilidade pelo mundo e, assim, assumir as consequências de seus atos. É a última chance de salvar a lógica do mundo da cegueira que ele sofre e das consequências homicidas e suicidas". Em suma, tal citação aplica-se ao caso brasileiro, o povo precisa saber escolher melhor seus representantes e também serem sujeitos capazes de reconhecer seus direitos.



ANDERSON COELHO
DIRETOR DO SINOSASC

GREVE PELA VIDA

GDF se esforça mais para oprimir do que para vacinar servidores da assistência social



>> Justiça determinou fim da greve, enquanto o governo do DF se negou a destinar vacinas contra a Covid-19

Os servidores da carreira pública de assistência social já solicitam a inclusão nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19 há três meses. Diante do descaso do GDF, no dia 4 fevereiro os servidores decidiram entrar em greve. A assistência social foi considerada serviço essencial, por isso, os trabalhadores que atuam nesta área estão em atendimento presencial desde o início da pandemia.

Diferentemente do que afirmou a secretária Mayara Noronha durante a greve, não foram garantidas condições de trabalho adequadas na assistência

social. A realidade é que os servidores têm usado recursos próprios para garantir mínimas condições de trabalho. A vacinação dos servidores da Unidade de Acolhimento para Mulheres (Unam), Serviço Funerário e Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (Unaf) se deu em decorrência da firmeza da categoria e da pressão do sindicato.

Em vez de centrar esforços para a inclusão da assistência social nos grupos prioritários de vacinação, o governo demonstrou mais empenho em oprimir a categoria que atua para combater as consequências econômicas e

sociais da pandemia e que, além disso, está desde o início exposta a Covid-19 devido ao trabalho presencial.

AUTORITARISMO

Mesmo com a postura autoritária do governo, assédio moral e ataques promovidos a um movimento legítimo, os servidores não se intimidaram e seguiram em luta. Afinal, a greve era pela vida!

Defendemos que a vacina deve ser garantida a toda população, mas o Governo Federal e o GDF não têm demonstrado compromisso com a saúde da população. Com uma quantidade limitada de vacinas, foram de-

finidos grupos prioritários, e a assistência social deve ser incluída entre eles.

Em cumprimento a deliberação da assembleia, a greve foi encerrada no dia 12 de fevereiro. O GDF foi proibido, por determinação judicial, de realizar o corte de ponto referente aos dias de greve, atendendo a solicitação do sindicato. Mesmo com o fim da greve, a mobilização pela inclusão dos servidores da assistência social nos grupos prioritários de vacinação não terminou. Seguimos em luta pelo nosso direito a saúde, porque somente assim seremos ouvidos.

Ibaneis: entre a ostentação e o descaso com o povo

Matéria publicada pela revista *Crusoé* evidencia a vida de magnata e a extravagância de Ibaneis Rocha, que leva uma vida luxuosa e promove eventos caros para figurões da política e do Judiciário, o que favorece o estreitamento de relações e não separação entre o público e o privado. Com a matéria, fica evidente o descaso do governador com o povo, com as políticas sociais, enquanto ele faz questão de esbanjar estilo de vida e negócios que o fazem ser um “novo rico” ostentador.

PÚBLICO VERSUS PRIVADO

Quanto aos negócios como advogado, a revista mostra que o escritório de Ibaneis teria beneficiado um outro escritório jurídico, de um amigo do governador, que

teria uma quantia a receber por meio de precatórios devidos pelo Governo do Distrito Federal.

O episódio, relatado na matéria, mostra um suposto favorecimento de liberação de dinheiro público para pagar a uma empresa que fornecia alimentos Ao GDF por meio de contratos milionários, sendo que essa empresa se tornou a maior credora do governo local. Segundo a *Crusoé*, Ibaneis teria passado essa empresa na frente de outras que estavam na fila para receber precatórios do GDF.

As relações de Ibaneis com advogados que representam empresas com dinheiro a receber do GDF envolve uma longa lista, caracterizando uma série de conflitos de interesses que ajuda-

riam a favorecer essas empresas em detrimento de outras.

REIS DO GADO

As incursões suspeitas de Ibaneis, relatadas pela *Crusoé*, envolvem ainda negócios como o arrenda-

mento (por valor não divulgado) de uma fazenda em Uberaba (MG) que pertence a

Jorge Picciani, ex-deputado estadual do Rio Janeiro e colega de partido de Ibaneis. A

propriedade não pode ser vendida por estar judicialmente bloqueada por suspeita de ter sido usada para lavar dinheiro. Seu dono, Picciani, chegou a ser preso durante a Operação Lava Jato.

Ainda na onda da ostentação, Ibaneis promove leilões de gado, em que lances podem chegar a milhões de reais, com transmissão feita por um canal de TV. Um desses eventos, segundo a *Crusoé*, foi patrocinado pelo Banco de Brasília (BRB).

Os conflitos de interesses parecem não preocupar Ibaneis, conforme mostra a reportagem. Exemplo disso é o fato de o BRB ter dado ao Flamengo, time do governador, um patrocínio de R\$ 96 milhões. O Ministério Público de Contas chegou a pedir que os pagamentos fossem suspensos.

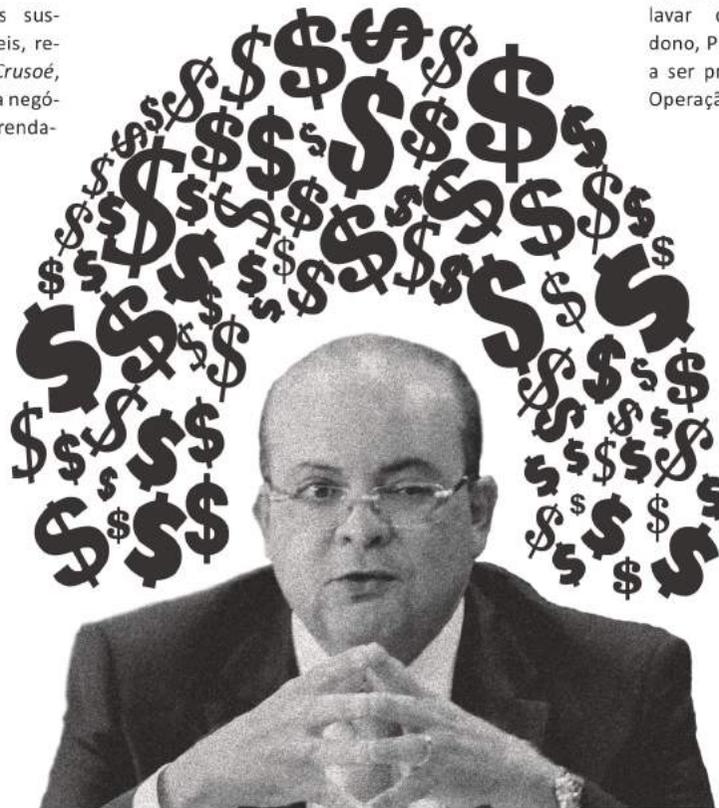
Em outro movimento estranho relatado pela revista, um ex-funcionário do departamento de marketing do time carioca foi nomeado

assessor da Secretaria de Comunicação do GDF.

MILHÕES EM PUBLICIDADE

Assim como o Sincasc já apontou diversas vezes, Ibaneis é muito chegado em gastar desmedidamente com publicidade para o seu governo. O Ministério Público suspendeu a tentativa dele em usar R\$ 63 milhões de verbas destinadas ao combate à Covid para pagar campanhas de publicidade, conforme a revista.

Ibaneis teria ainda favorecido uma produtora de vídeos que produziu material da sua campanha eleitoral. A empresa aparece como subcontratada de duas outras agências contratadas para criar as campanhas de propaganda do GDF em contratos milionários.



Cenário tenebroso no Brasil e no Distrito Federal

O ano de 2021 não tem dado indicações de que será melhor que os anteriores. A pandemia segue como grande ameaça, com patamar elevado de média móvel de mortes. Para piorar o governo Bolsonaro, negacionista que é, boicotou a produção ou aquisição de vacinas, e agora, após ser pressionado, age a passos lentos, transformando o direito à vacina em uma grande incerteza. Foi nesse cenário que não restou outra opção senão a deflagração de greve, tendo em vista a não inclusão da assistência social entre os grupos prioritários da vacina. Mais uma vez a categoria deu demonstração de dignidade, mantendo-se, de forma majoritária, firme na luta, apesar das ameaças.

Diante do agravamento do quadro social e econômico do país, a resposta que o governo federal e o Congresso

procuram apresentar é a ameaça de mais retiradas de direitos e mais retrocessos.

No momento em que preparamos esta edição de o SOCIAL, tramitam duas Propostas de Emenda Constitucional, as PECs 186 e 188, ambas lesivas à classe trabalhadora e em particular aos servidores públicos. Essas duas PECs sacramentam o congelamento salarial, a proibição de concursos, a interrupção das promoções e progressões.

Ao mesmo tempo, o governo e o Congresso deixam parado um projeto de impostos sobre grandes fortunas, que poderia render ao país aproximadamente R\$ 100 bilhões, segundo cálculo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). A aprovação desse imposto que só afetaria os bilionários e milionários geraria recursos suficien-

tes para pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial que o governo, de forma cínica, usa como pretexto para atacar os servidores e os serviços públicos.

Ibaneis, conforme denúncia da mídia, deixa cada vez mais evidente que chegou ao governo para cuidar, em melhores condições, dos seus interesses particulares. Fere terrivelmente o princípio da impessoalidade e administra o Estado como se fosse sua propriedade particular. Até mesmo a nomeação da primeira dama como Secretária de Desenvolvimento Social, serve de exemplo de como é governar afrontando os bons princípios da administração pública.

O Sindsasc continua chamando a categoria à luta. Vamos nos manter atentos às publicações do sindicato e evitar cair no jogo rasteiro de quem quer nos dividir.



4 E 18 MARÇO

1, 15 E 29 ABRIL

ÀS 17H

ASSISTA NO **FACEBOOK** FACEBOOK.COM/SINDSASCDFDF

OU NA **TV CIDADE LIVRE CANAL 12 DA NET**



PEC EMERGENCIAL

Medida de Guedes é mais uma peça no desmonte dos serviços públicos

Marcelo Cerri/ABR



>> Projeto que é mais uma meta cruel de Bolsonaro e pode congelar os salários dos servidores públicos

Em mais uma medida cruel contra os servidores públicos, está em tramitação no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constitucional (PEC) 186. O projeto de iniciativa do Senado e arquitetada com total apoio do governo federal, impõe mecanismos que impedem a abertura de concursos públicos, a contratação de servidores, congela salários e veta a manutenção de bônus nos salários públicos.

Além disso, a proposta prejudica servidores ativos, inativos e aposentados tanto a curto, quanto a médio e longo

prazo, com o congelamento de salários e suspensão de progressões automáticas. A estratégia significa mais um episódio do desmonte dos serviços públicos causado pelo desgoverno de Bolsonaro.

RECUO

Inicialmente a PEC previa a retirada dos pisos para os gastos em saúde e educação, que são determinados pela Constituição. Com a repercussão negativa da redução de investimento nestes dois setores, a medida foi excluída do texto, que está no Senado.

Pauta de reivindicações do Sindsasc

- 1 Pagamento da terceira parcela do reajuste, retroativo a novembro de 2015, conforme dispõe a Lei 5184/2013;
- 2 Alteração do critério de incidência da GTIT;
- 3 Regulamentação da jornada de 7h na Secretaria da Mulher;
- 4 Retorno do pagamento ao último dia útil do mês;
- 5 Equiparação do valor do auxílio-alimentação com as autarquias;
- 6 Concessão das 40 horas aos servidores que solicitarem;
- 7 Elevação da GPS da Proteção Social Básica à da Proteção Social Especial;
- 8 Elevação da GPS da área meio a 15%;
- 9 Retorno da GPS aos aposentados;
- 10 Equiparação da GAR da alta complexidade à percebida pelas internações no sistema socioeducativo, em 35%;
- 11 Incorporação da GDS ao Vencimento Básico;
- 12 Reposição salarial referente às perdas acumuladas desde novembro de 2014, conforme índice do Dieese.
- 13 Reenquadramento dos AAS ou medida equivalente, seguindo o princípio de trabalho igual, salário igual;
- 14 Realização do concurso de remoção na Sedes;
- 15 Implantação da jornada de 7 horas corridas na assistência social, sem redução de salário;
- 16 Pagamento das licenças-prêmios convertidas em pecúnia, aos aposentados;
- 17 Destinar vagas do concurso público à Subsan;
- 18 Que a regulamentação dos fluxos de atendimento e serviços no âmbito do Sisan e Suas seja uma política de Estado;
- 19 Respeitar a legalidade de no mínimo 50% dos cargos em comissão para servidores efetivos na carreira pública da assistência social;
- 20 Assegurar a integração das políticas de segurança alimentar (Subsan) e assistência social (Subsan) para atendimento ao público;
- 21 Adicional de insalubridade para o trabalho de abordagem de rua realizado pela subsecretaria de política de enfrentamento às drogas, da Sejus;
- 22 Que o trabalho nos Pró-Vítima, enfrentamento ao tráfico de pessoas e enfrentamento às drogas sejam tipificados como de alta complexidade;
- 23 Extensão da GAP (Gratificação de Atendimento ao Público) à carreira pública da assistência social;
- 24 Revogação do Decreto 37610/2016 que estipula limite de 12 comparecimentos/acompanhamentos médicos anuais;
- 25 Revogação do Decreto que suspendeu o pagamento da gratificação para formados no curso de libras e atuam usando o mesmo;
- 26 Criar gratificação de mobilidade, nos moldes da Secretaria da Saúde, para quem trabalha em regiões mais distantes;
- 27 Reposição de todas as vacâncias na carreira da assistência social, com imediata nomeação dos aprovados no concurso;
- 28 Aumento do auxílio-creche;
- 29 Destinar/nomear vagas no concurso público para os equipamentos da Secretaria da Mulher de forma a garantir equipe mínima, conforme diretrizes e normas técnicas específicas de cada serviço e considerando a especificidade de cada região;
- 30 Alterar o critério de ingresso nos técnicos em assistência social na carreira, de nível médio para nível superior.

<p>SINDSASC SINDICATO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</p> <p>SCS, Quadra 01, Bloco K, Ed. Denasa, Sala 402, Asa Norte, Brasília - DF (61) 3340-6239 Whatsapp: (61) 99213-9528 secretaria@sindsasc.org.br sindsascgdf.org.br Facebook.com/sindsascgdf Instagram: Sindsasc</p> <p><small>Os artigos e demais textos assinados desta publicação não necessariamente refletem a opinião da diretoria do sindicato.</small></p>	<p>PRESIDENTE Clayton Avelar</p> <p>DIRETOR GERAL Edgley Avelino</p> <p>DIRETORA FINANCEIRA Natalícia Santana</p> <p>DIRETORA DE RELAÇÕES E COMUNICAÇÃO Camilla Inácio</p>	<p>DIRETOR JURÍDICO Eduardo Pitombo</p> <p>1º SUPLENTE Márcia Elaine</p> <p>2º SUPLENTE Adina Domingues</p> <p>3º SUPLENTE Leandro Campelo</p> <p>4º SUPLENTE Anderson de Oliveira</p>	<p>5º SUPLENTE Marcos Celso</p> <p>CONSELHO FISCAL Shirley da Silva, Vânia Maria, Fernanda Souza</p> <p>SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL André Porto, Pablo Bontempo, Jan Buarque</p>	<p>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO Larrianda Comunicação</p> <p>JORNALISTA RESPONSÁVEL Fred Leão (DRT: 9903-DF)</p>
---	--	---	---	---